



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Marituba





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Marituba x RI Guajará x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Marituba x RI Guajará x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Marituba x RI Guajará x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Marituba x RI Guajará x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Marituba (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

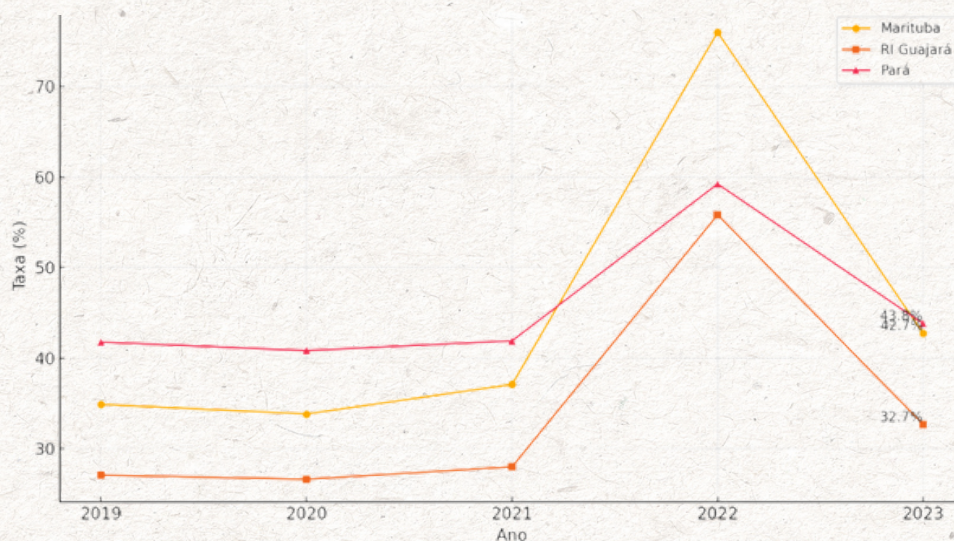
Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Marituba oscilou levemente, saindo de cerca de 35% para 37%, refletindo certa estabilidade diante de um cenário econômico ainda influenciado por políticas públicas pós-crise econômica. A Região de Integração Guajará manteve-se em patamares inferiores (próximos a 27%), enquanto o estado do Pará apresentou média mais alta, acima de 40%, sem variações significativas nesse período inicial (Gráfico 1).

No ano de 2022, observa-se um forte aumento na taxa de pobreza em todas as esferas

territoriais, com Marituba atingindo o pico de aproximadamente 75%, muito acima da média estadual (cerca de 59%) e da RI Guajará (56%). Esse salto pode ser associado aos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, intensificados pelo aumento da inflação, desemprego e pela interrupção de programas de transferência de renda (Gráfico 1). Em 2023, nota-se uma expressiva retração da taxa de pobreza em Marituba para 42,7%, aproximando-se do patamar estadual (43,8%), e ainda acima da RI Guajará (32,7%).

Apesar da queda acentuada, os níveis ainda se mantêm superiores aos observados antes de 2022, sugerindo que, embora haja uma recuperação, os efeitos do choque anterior ainda persistem, especialmente em contextos locais mais vulneráveis (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

De 2019 a 2020, Marituba reduziu suas despesas com serviços essenciais (educação, saúde e assistência social), caindo de cerca de 71% para 69%, sinalizando possível readequação orçamentária. Nesse mesmo período, tanto a Região de Integração Guajará quanto o estado do Pará também apresentaram retrações, com destaque para a RI Guajará, que teve a maior queda, passando de 56% para cerca de 50,5% (Gráfico 2).

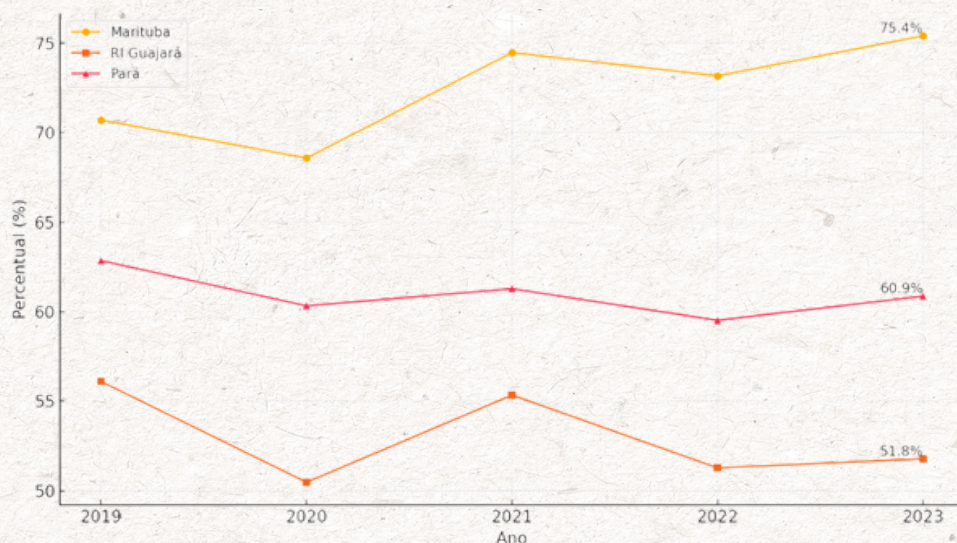
Em 2021, verifica-se um aumento expressivo das despesas em Marituba, atingindo

74,5%, movimento possivelmente relacionado ao enfrentamento dos impactos sociais da pandemia. Esse comportamento também é observado, ainda que de forma mais moderada, na RI Guajará e no estado. No entanto, em 2022, Marituba reduziu ligeiramente o percentual (para 73,3%), o que pode indicar realocação de recursos ou restrições fiscais (Gráfico 2). Em 2023, Marituba alcança seu maior percentual no período, com 75,4% do orçamento direcionado a serviços essenciais, destacando-se frente à média

estadual (60,9%) e à da RI Guajará (51,8%). Esse comportamento reforça o compromisso municipal com políticas sociais, possivelmente como resposta à alta taxa de pobreza do ano anterior, sugerindo uma estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais por meio do fortalecimento de serviços públicos básicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A evolução da prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023 demonstra uma tendência crescente em todos os níveis territoriais analisados: município de Marituba, Região de Integração (RI) Guajará e estado do Pará. Em 2019, Marituba apresentava a menor taxa entre os três, com 7,9%, enquanto a RI Guajará já registrava 8,9% e o estado do Pará, 7,6%. Apesar disso, ao longo dos anos seguintes, o município teve um crescimento contínuo no indicador (Gráfico 3).

A partir de 2020, entretanto, verifica-se um movimento de alta em Marituba, culminando em 2022 com uma taxa de

10%, a maior do período analisado e acima dos demais níveis territoriais.

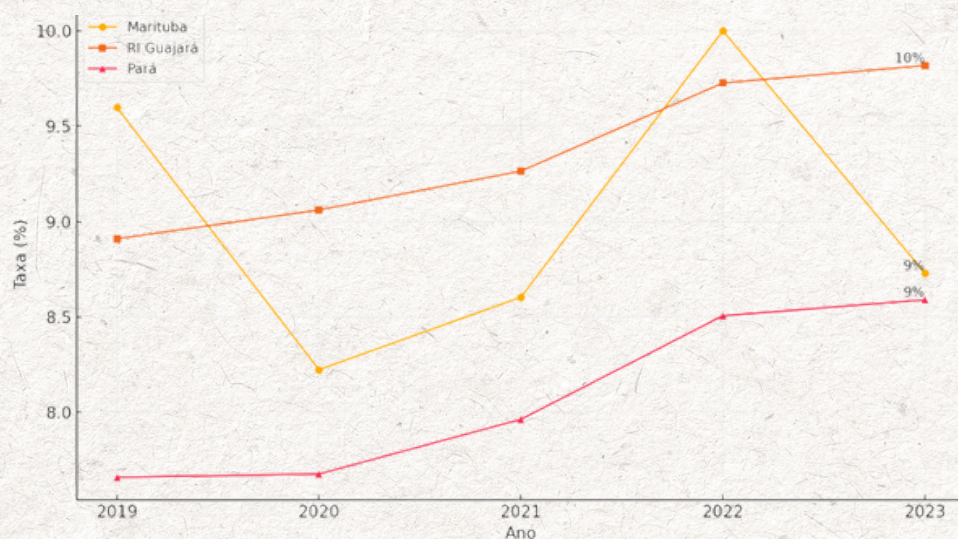
Essa elevação também se observa na RI Guajará (aproximadamente 9,8%) e no estado (8,5%), sugerindo fatores regionais mais amplos que afetaram a saúde materno-infantil, possivelmente relacionados aos efeitos indiretos da pandemia na oferta de serviços de saúde primária (Gráfico 3).

Em 2023, Marituba retorna a uma taxa de 9%, alinhando-se aos níveis do estado do Pará e da RI Guajará, com 10%. Ainda que represente uma melhora em relação ao pico de 2022, o indicador segue em patamar

elevado. A estabilidade entre os três níveis territoriais indica que, embora haja avanços, ainda persistem desafios estruturais na promoção da saúde neonatal na região-infantil, segurança alimentar e suporte às gestantes, a fim de reverter esse quadro preocupante (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Marituba registrou produtividade agrícola nula em todos os anos do período analisado, com o indicador mantendo-se consistentemente em R\$ 0,0 mil/hectare. Esse comportamento sugere ausência de atividade agropecuária economicamente relevante no município ou falhas no registro de dados relacionados à produção agrícola local. Considerando o contexto urbano de Marituba, é plausível que o setor agrícola não represente uma frente significativa de desenvolvimento econômico (Gráfico 4).

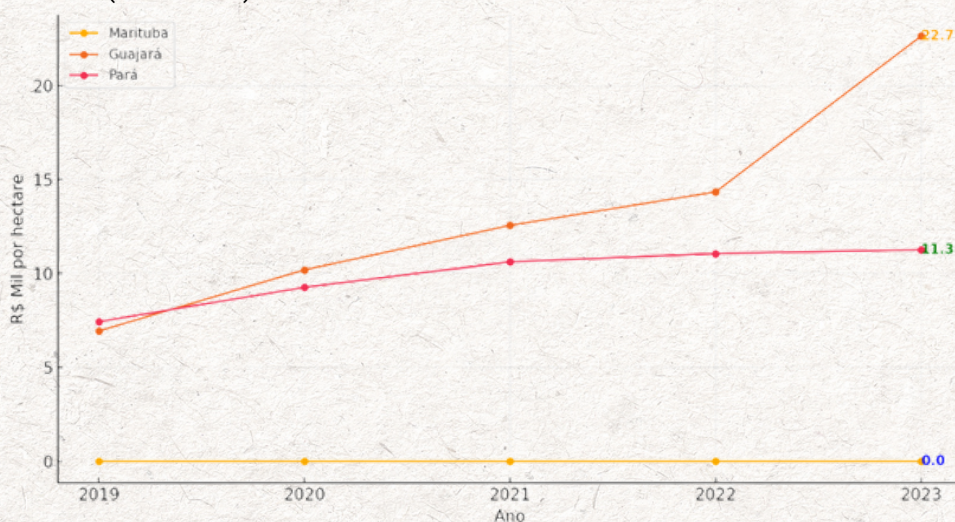
A Região de Integração Gua-

jará, por outro lado, demonstrou forte crescimento na produtividade agrícola ao longo do mesmo intervalo. O indicador passou de R\$ 7 mil/hectare em 2019 para expressivos R\$ 22,7 mil/hectare em 2023, com crescimento contínuo e progressivo, especialmente entre 2022 e 2023. Isso evidencia um cenário regional favorável ao desenvolvimento da agropecuária, sustentado por práticas mais eficientes e pela possível valorização de culturas de alto rendimento (Gráfico 4).

No estado do Pará, a produtividade agrícola evoluiu de forma mais moderada, crescen-

do de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A tendência estadual foi de crescimento linear e estável, refletindo avanços mais homogêneos, porém menos intensos. A comparação entre os níveis territoriais destaca a particularidade de Marituba como um município com características urbanas e produtivas distintas do restante da RI Guajará e do estado, o que reforça a necessidade de abordagens específicas para seu desenvolvimento socioeconômico (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Entre 2019 e 2020, a taxa de mortalidade infantil em Marituba apresentou queda, passando de cerca de 13,8 para 12,6 por mil nascidos vivos, comportamento oposto ao da Região de Integração Guajará e do estado do Pará, que registraram leve estabilidade nesse intervalo. Essa redução pode estar relacionada a ações pontuais de saúde pública e melhoria nas condições pré e pós-natais locais (Gráfico 5).

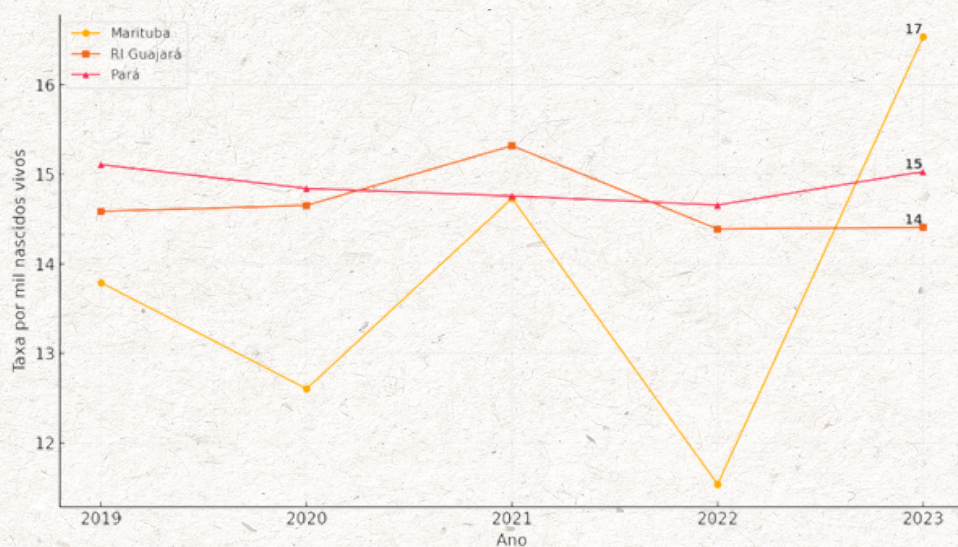
Em 2021, a taxa em Marituba subiu consideravelmente, atingindo 14,8, acompanhando uma elevação também na RI Guajará. No entanto, em 2022, o município obteve sua menor taxa no período, com 11,5 mortes por mil nascidos vivos, em contraste com a leve queda nas demais regiões. Esse recuo expressivo pode refletir investimentos ou campanhas específicas em saúde infantil, ainda que isoladas (Gráfico 5).

Contudo, em 2023, Marituba registrou forte aumento na mortalidade infantil, atingindo 17 mortes por mil nascidos vivos – a maior taxa da série e acima tanto da média estadual (15) quanto da regional (14).



Esse salto sugere possível deterioração das condições de saúde materno-infantil ou falhas na manutenção de políticas públicas efetivas. A oscilação intensa ao longo dos anos indica certa fragilidade na sustentabilidade das ações voltadas à redução dessa taxa no município (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

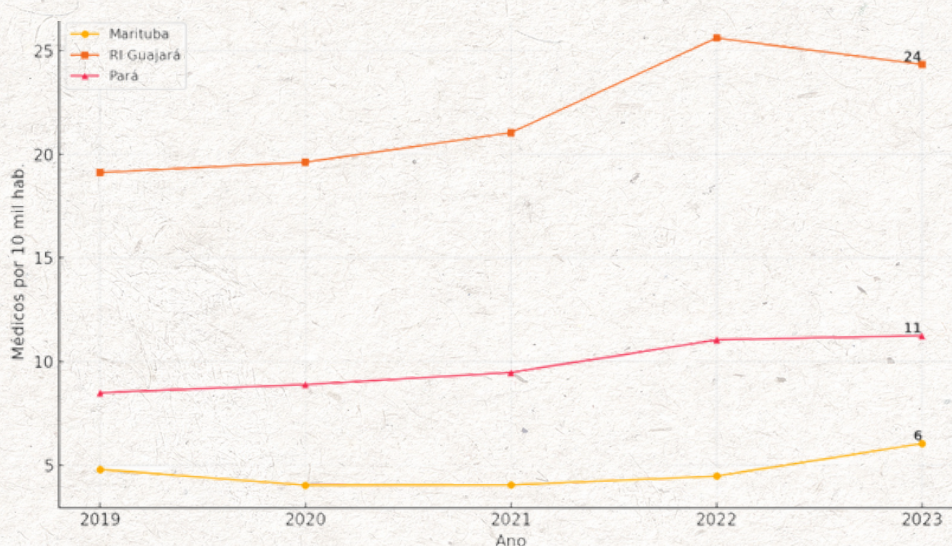
No início da série, em 2019, Marituba dispunha de apenas 4,8 médicos por 10 mil habitantes, índice já inferior à média do estado (8,5) e da RI Guajará (19,3). Em 2020, o número caiu ainda mais para 3,9, o menor valor da série histórica. Essa redução pode ser resultado de descontinuidade contratual, migração de profissionais ou ausência de políticas locais de fixação médica (Gráfico 6).

De 2021 a 2022, o número manteve-se estável em torno de 4,3 e 4,5, enquanto o estado e a região continuaram em crescimento, especialmente a RI Guajará, que alcançou 25,5 médicos por 10 mil habitantes em 2022. Isso evidencia uma disparidade preocupante no acesso a profissionais de saúde, que pode refletir diretamente nos indicadores de saúde pública, como a taxa de mortalidade infantil (Gráfico 6).

Em 2023, observa-se leve avanço em Marituba, que chegou a 6 médicos por 10 mil habitantes, enquanto o estado atingiu 11 e a RI Guajará registrou 24. Apesar da melhora, o município permanece com uma das menores razões médico-habitante da região.

O crescimento tímido sugere que os esforços ainda são insuficientes para garantir uma rede de atenção básica robusta, o que pode comprometer a qualidade do atendimento à população e os desfechos em saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, Marituba manteve relativa estabilidade no número de vagas no ensino público por mil habitantes, com leve redução de 192 para 188. Esse comportamento se deu em paralelo à estabilidade observada também no estado do Pará, enquanto a RI Guajará apresentou queda mais acentuada nesse mesmo período. Essa manutenção pode refletir um esforço de Marituba em preservar sua capacidade de atendimento educacional, mesmo em um cenário desafiador como o da pandemia (Gráfico 7).

Em 2022, houve uma expansão significativa das vagas em Marituba, que saltaram para 223 por mil habitantes, superando o estado (218) e distanciando-se ainda mais da RI Guajará (146).

Esse aumento expressivo pode estar relacionado a políticas de recuperação da rede pública de ensino, com ampliação de matrículas após o retorno das atividades presenciais nas escolas públicas (Gráfico 7).

No entanto, em 2023, o número de vagas em Marituba recuou para 201, acompanhando a tendência estadual (198) e regional (129). Apesar da redução, o município ainda mantém um quantitativo de vagas superior ao da média paraense. Essa retração pode sinalizar um ajuste no planejamento da rede após a reabertura plena das escolas, com possível adequação entre oferta e demanda real por vagas (Gráfico 7).

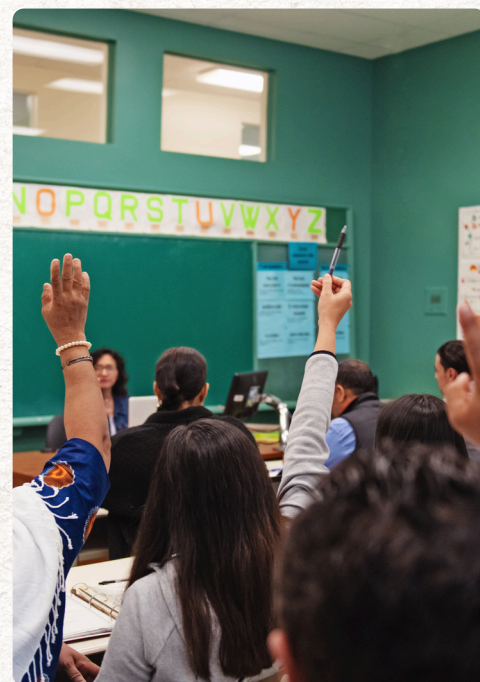
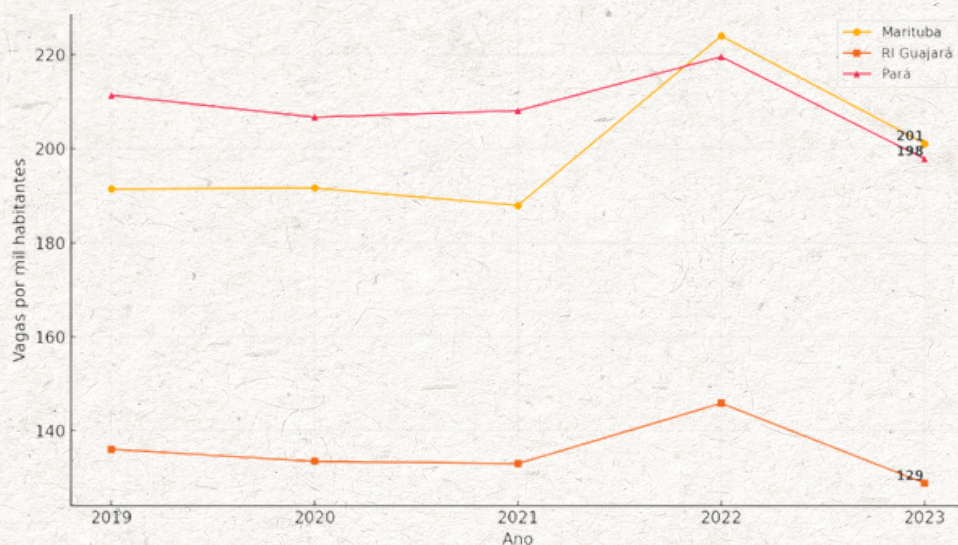


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 201 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O município de Marituba iniciou o período analisado com um índice já elevado de escolas com acesso à internet, atingindo 96,2% em 2019. Em 2020, o percentual chegou a 100%, indicando universalização do acesso no município, muito acima da média do estado do Pará (41%) e da RI Guajará (82,2%). Esse patamar foi parcialmente mantido nos anos seguintes, com pequenas oscilações, sempre acima de 94% (Gráfico 8).

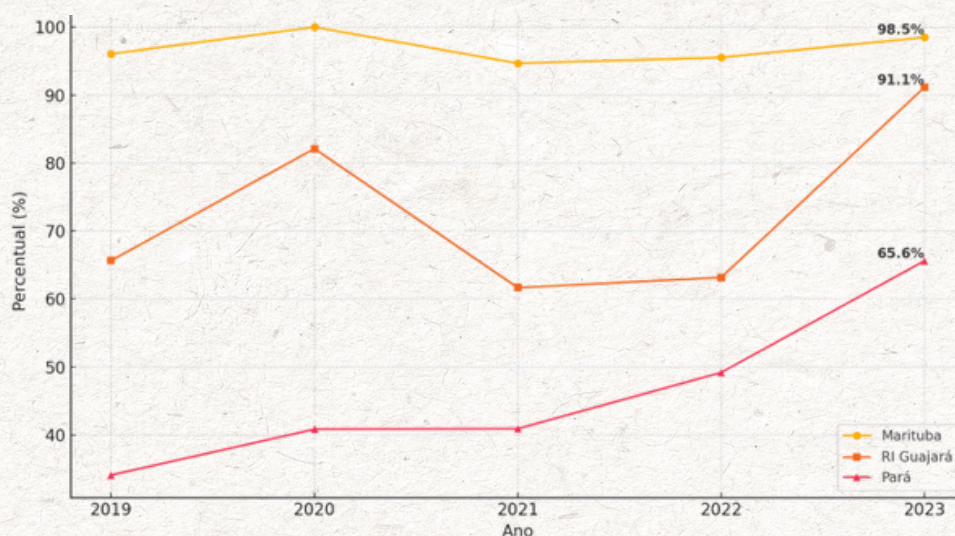
Já em 2021 e 2022, Marituba manteve sua liderança regional, com percentuais em torno de 94,5% e 95,3%, enquanto a RI Guajará e o estado do Pará oscilaram em patamares muito inferiores. Em 2023, o município alcançou 98,5% das escolas

com acesso à internet, frente a 91,1% da RI Guajará e 65,6% do estado. Esse desempenho contínuo e elevado reflete um forte investimento em infraestrutura digital nas escolas públicas locais (Gráfico 8).

Esse avanço tecnológico coloca Marituba em posição de destaque, com uma base sólida para promover educação conectada e acesso a conteúdos digitais. A significativa diferença entre o município e o estado do Pará como um todo evidencia desigualdades territoriais na infraestrutura escolar, apontando para a necessidade de replicar boas práticas de conectividade em outros municípios paraenses (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 98,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



De 2019 a 2022, Marituba não apresentou registros ou valores disponíveis para o indicador de violência contra a mulher por parceiros, o que pode indicar ausência de dados sistematizados, subnotificação ou lacunas na coleta de informações. Nesse mesmo intervalo, tanto a Região de Integração Guajará quanto o estado do Pará exibiram tendências preocupantes de crescimento, com destaque para a RI Guajará, que saltou de 6 para mais de 60 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).

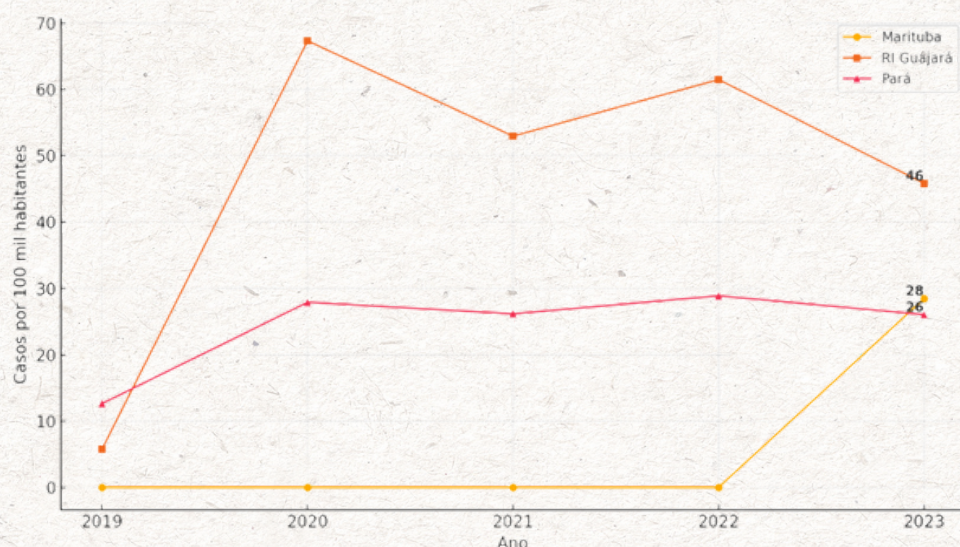


Em 2023, Marituba passou a apresentar dado consolidado, com 28 casos por 100 mil habitantes, posicionando-se próximo à média estadual (26), mas ainda abaixo da média da sua região de integração (46). A entrada tardia do município na série com dado registrado pode estar associada à melhoria dos mecanismos de registro ou ao fortalecimento das redes de proteção e denúncia (Gráfico 9).

Apesar disso, o valor já registrado indica a existência de um problema relevante, que requer políticas públicas mais robustas e contínuas de enfrentamento à violência de gênero. O comportamento crescente do indicador nas demais esferas territoriais também sugere que esse é um desafio regional, demandando estratégias intermunicipais integradas para a prevenção e acolhimento das vítimas (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em 2019, Marituba registrava 34,6% dos cargos gerenciais ocupados por mulheres, um valor significativamente inferior às médias da RI Guajará (48,2%) e do estado do Pará (49,1%). No ano seguinte, o percentual caiu para 32,5%, acentuando a desigualdade de gênero nos espaços de liderança e contrariando a tendência regional de estabilidade ou leve crescimento (Gráfico 10).

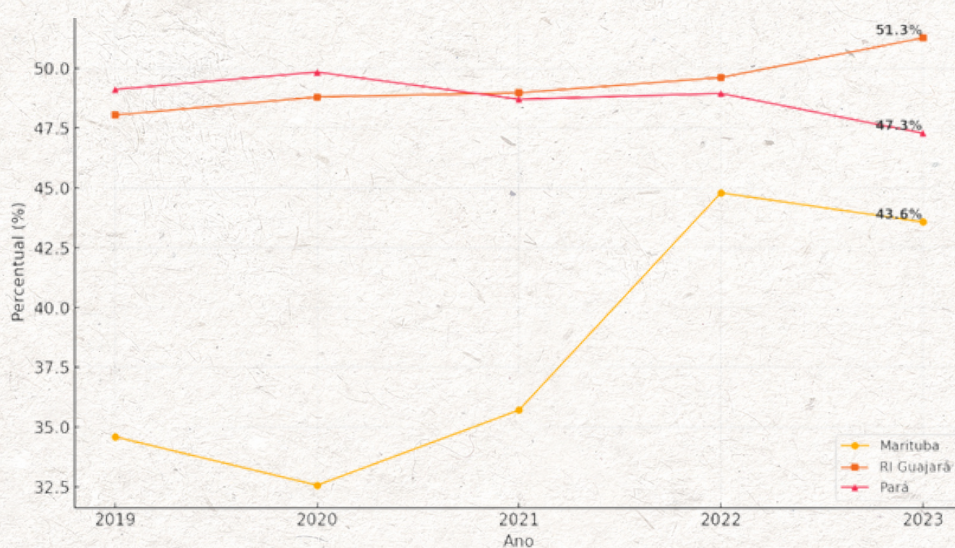


A partir de 2021, no entanto, Marituba iniciou uma trajetória de recuperação expressiva, atingindo 35,8% e, em 2022, saltando para 44,8%. Esse crescimento acentuado pode estar ligado a políticas de inclusão e valorização da liderança feminina no setor público e privado local, aproximando-se dos patamares estaduais e regionais (Gráfico 10).

Em 2023, o percentual caiu levemente para 43,6%, mas ainda se manteve eleva-

vado em comparação com os anos anteriores. A RI Guajará, por sua vez, atingiu 51,3%, ultrapassando o próprio estado do Pará, que apresentou leve retração para 47,3%. Apesar do progresso, Marituba ainda exibe um percentual inferior ao observado em seu entorno, evidenciando a necessidade de fortalecer ações de equidade de gênero no mercado de trabalho e nos espaços decisórios (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Entre 2019 e 2021, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Marituba teve leve crescimento, partindo de 2,3% em 2019 e atingindo 3,3% em 2021. Apesar do aumento gradual, os valores ainda se mantiveram em patamar extremamente baixos quando comparados aos da Região de Integração Guajará, que já alcançava 32,2% em 2021, e do estado do Pará, que atingia 8,6% no mesmo ano (Gráfico 11).

No ano de 2022, observa-se o maior crescimento percentual de Marituba, chegando a 4,8%. Essa elevação, embora pequena em termos absolutos, pode indicar início de investimentos ou políticas voltadas à inclusão da população de baixa renda nos serviços de saneamento. No entanto, o município ainda seguia muito aquém dos índices regionais – com a RI Guajará superando 40% e o estado ultrapassando os 11% (Gráfico 11).

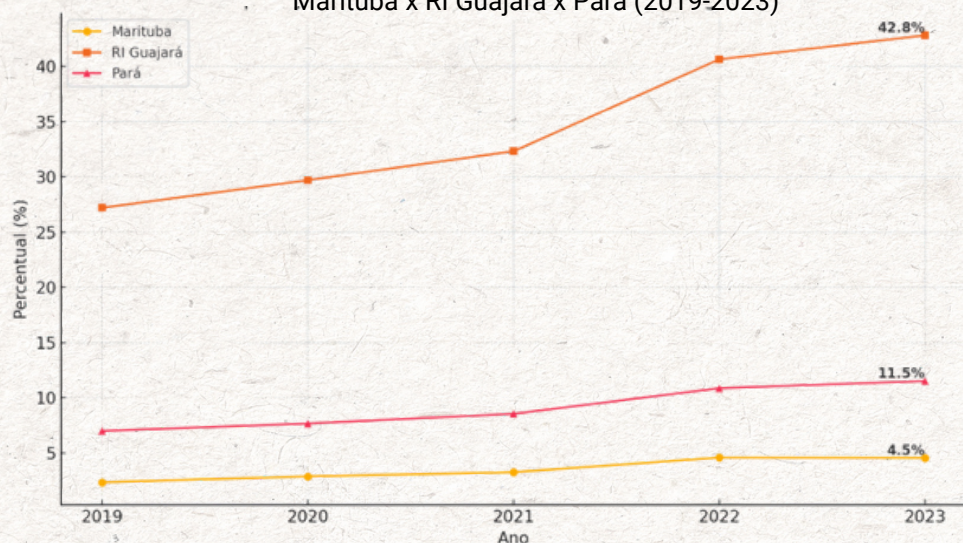
Em 2023, Marituba apresen-

tou leve retração para 4,5%, enquanto a RI Guajará e o estado do Pará seguiram em crescimento, alcançando 42,8% e 11,5%, respectivamente. Essa estagnação evidencia desafios persistentes na ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário para as camadas mais vulneráveis da população. A baixa cobertura em Marituba revela a urgência de políticas públicas voltadas à universalização do saneamento, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

No período de 2019 a 2023, o município de Marituba não apresentou registros de gastos per capita com saneamento básico, mantendo-se em R\$ 0,00 em todos os anos da série histórica. Esse dado é especialmente alarmante quando comparado aos níveis da Região de Integração Guajará, que variaram entre R\$ 191 e R\$ 350, e do estado do Pará, cujos valores oscilaram entre R\$ 81 e R\$ 154 por habitante no mesmo período (Gráfico 12).

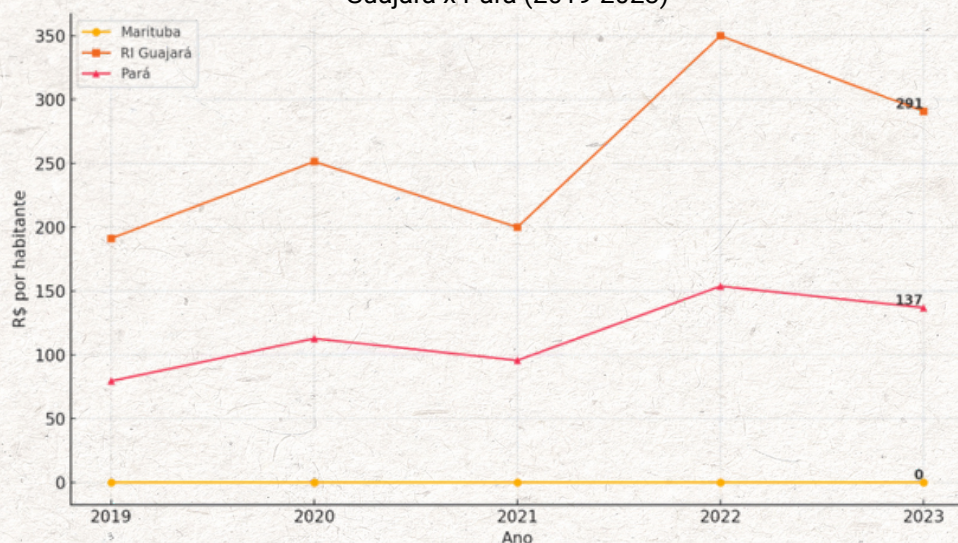
Enquanto os demais níveis territoriais demonstraram esforços variáveis de investimento no setor, inclusive com crescimento expressivo em 2022

(possivelmente impulsionado por programas federais ou estaduais), Marituba manteve-se completamente à margem desses aportes. Isso sugere uma ausência total de destinação orçamentária municipal para o saneamento, o que pode estar relacionado a prioridades orçamentárias distintas, dificuldades fiscais ou dependência exclusiva de outras esferas governamentais (Gráfico 12). A ausência de investimento per capita ao longo de cinco anos consecutivos evidencia uma fragilidade estrutural na política municipal de saneamento. Essa lacuna orçamentária ajuda a explicar

o desempenho insatisfatório do município em indicadores associados, como o baixo acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto. Para reverter esse quadro, é fundamental que Marituba passe a incorporar o saneamento básico como prioridade em sua agenda de planejamento urbano e social (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Entre 2019 e 2021, o consumo de energia elétrica per capita em Marituba aumentou de 829 para 921 kWh/hab., refletindo uma tendência de crescimento moderado no acesso e uso da energia elétrica. Apesar desse avanço, o município ainda apresentava consumo inferior tanto à média estadual (1068 kWh/hab. em 2021) quanto à da Região de Integração Guajará, que ultrapassava os 1500 kWh/hab. no mesmo período (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

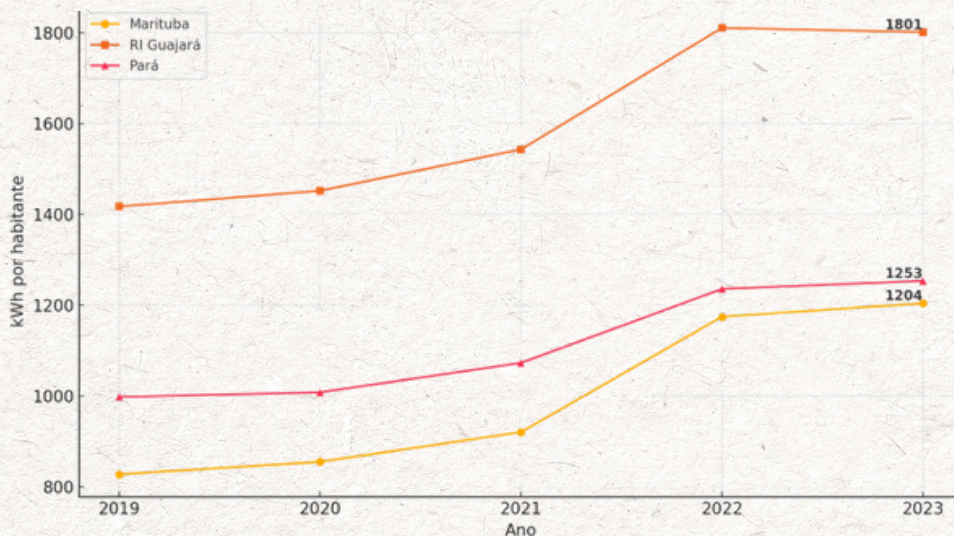


A partir de 2022, nota-se um crescimento mais acentuado em Marituba, chegando a 1171 kWh/hab., valor que continuou a subir em 2023, atingindo 1204 kWh/hab. Esse aumento pode estar relacionado à expansão de infraestrutura elétrica, urbanização e maior acesso da população a eletrodomésticos e tecnologias. Ainda assim, o consumo per capita no município permanece abaixo dos níveis regionais e estaduais, que em 2023 chegaram a 1253 (Pará) e

1801 (RI Guajará), respectivamente (Gráfico 13).

Esse cenário indica que, embora Marituba venha melhorando seu consumo médio de energia, ainda há espaço para crescimento, principalmente em áreas de baixa renda que podem estar sub atendidas. Investimentos em redes de distribuição, regularização de ligações e programas de eficiência energética são fundamentais para garantir inclusão energética plena e segura (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.204 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Marituba apresentou de 2019 a 2023 uma taxa praticamente nula de domicílios de baixa renda com uso de iluminação fóssil, mantendo-se constante em 0% ao longo de todo o período analisado. Esse resultado é bastante positivo e evidencia um cenário de acesso quase universal à energia elétrica no município, ao menos para fins de iluminação básica (Gráfico 14).

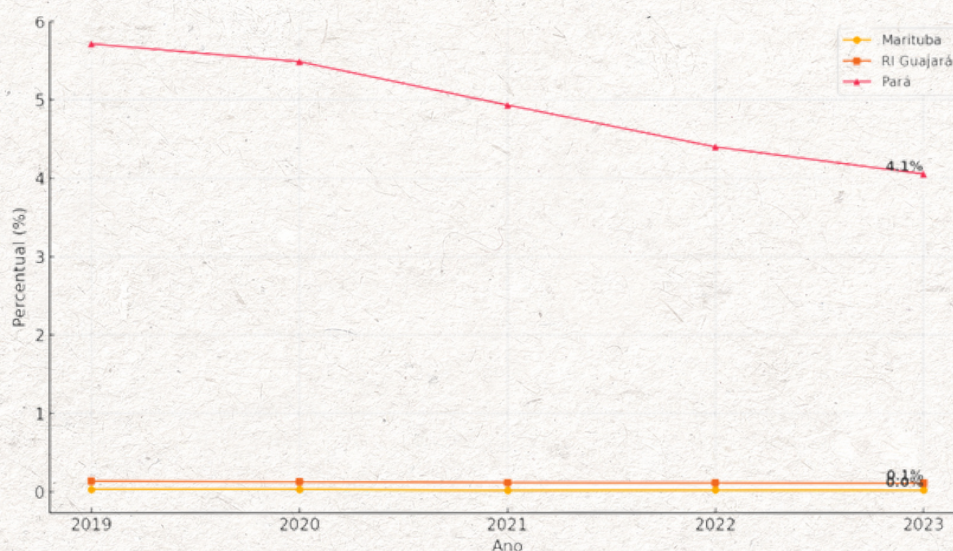
Por outro lado, a Região de Integração Guajará apresentou pequena taxa estável de 0,2% nesse mesmo intervalo, enquanto o estado do Pará iniciou o período com 5,7% em 2019 e reduziu progressivamente esse percentual para 4,1% em 2023. O desempenho de Marituba, nesse sentido, destaca-se positivamente frente ao padrão estadual, reforçando a ideia de que o município conseguiu praticamente erradicar o uso de fontes fósseis para iluminação en-

tre a população de baixa renda (Gráfico 14).

Esse resultado aponta para um avanço importante em termos de equidade energética e sustentabilidade ambiental. Contudo, é importante ressaltar que, embora a iluminação elétrica esteja universalizada, o uso pleno de energia (para aquecimento, refrigeração, conservação de alimentos etc.) ainda pode ser desigual, como sugerido pelo consumo per capita inferior ao das demais regiões (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

Entre 2019 e 2023, o indicador de empregos formais por mil habitantes em Marituba apresentou oscilações significativas. O valor inicial de aproximadamente 117 em 2019 caiu de forma acentuada em 2020, chegando a cerca de 87, possivelmente refletindo os impactos da pandemia da COVID-19 sobre o mercado de trabalho local. A partir de 2021, observou-se uma recuperação gradual, com um crescimento mais expressivo em 2022, quando atingiu cerca de 134 empregos formais por mil habitantes. No entanto, em 2023 houve uma nova queda, encerrando o período com 125, ainda abaixo da média estadual (Gráfico 15).

Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi de relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com valores ao redor de 220 empregos formais por mil habitantes. Contudo,

Empregos Formais por Mil Habitantes

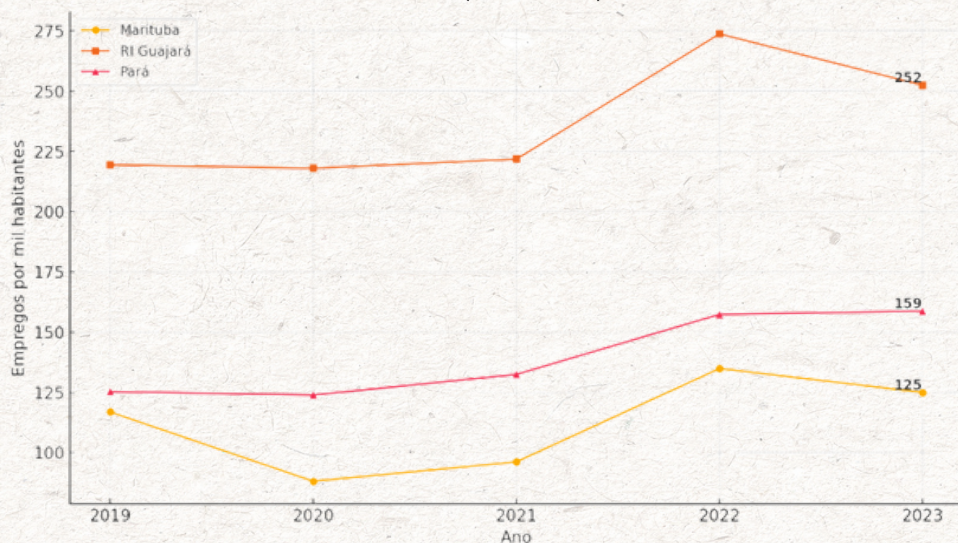
em 2022, a RI apresentou um salto acentuado, atingindo o pico de aproximadamente 273, o que pode indicar forte dinamismo econômico ou políticas locais de estímulo ao emprego formal. Em 2023, apesar de uma leve retração, a RI manteve um patamar elevado (252), se distanciando consideravelmente dos demais níveis territoriais, e revelando uma robustez no mercado de trabalho formal regional (Gráfico 15).

O estado do Pará, por sua vez, teve uma trajetória de crescimento mais constante. Iniciando o período em cerca de 125 empregos formais por mil habitantes, o estado manteve relativa estabilidade até 2020, seguida de um crescimento progressivo a partir de 2021, atingindo 159 em 2023. Esse



aumento pode refletir uma recuperação econômica estadual com ampliação das oportunidades de empregos formais, ainda que em um ritmo mais moderado quando comparado à RI Guajará. Em termos comparativos, Marituba manteve-se sistematicamente abaixo tanto da média estadual quanto da regional, o que aponta para fragilidades estruturais no seu mercado de trabalho formal (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 125 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Entre 2018 e 2022, o PIB per capita de Marituba apresentou uma trajetória ascendente, com destaque para os dois últimos anos do período. Em 2018 e 2019, os valores permaneceram praticamente estagnados, girando em torno de R\$ 14.500. A partir de 2020, observou-se uma elevação gradual, que se intensificou a partir de 2021, culminando com um valor de R\$ 23.142 em 2022. Esse crescimento pode estar associado a uma recuperação econômica local pós-pandemia e ao aumento da atividade produtiva em determinados setores (Gráfico 16).

PIB per capita

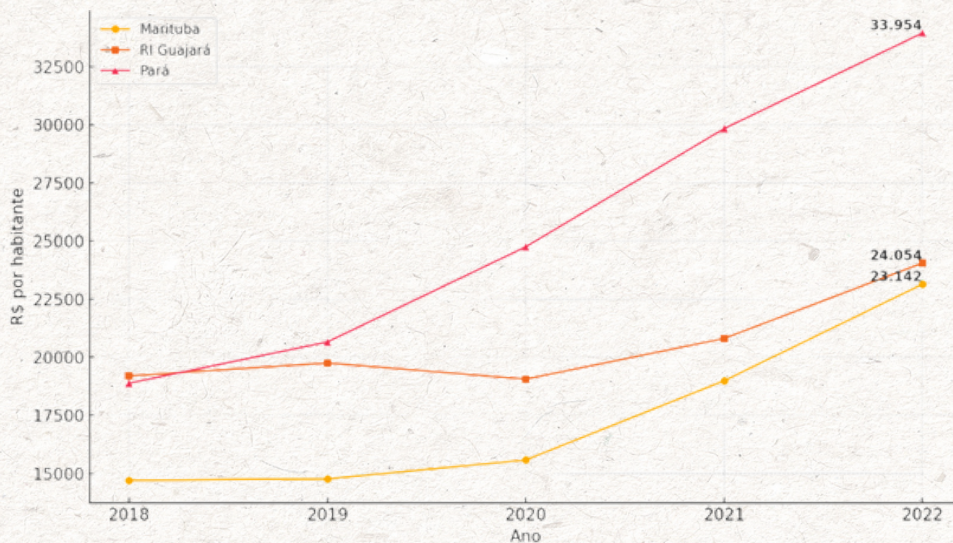


Na Região de Integração Guajará, o indicador oscilou de forma mais moderada até 2020, quando apresentou uma leve queda em relação a 2019. Contudo, a partir de 2021, houve uma retomada do crescimento, atingindo R\$ 24.054 em 2022.

A performance da RI Guajará indica uma economia mais resiliente e com melhor desempenho relativo ao município de Marituba, mantendo-se consistentemente em patamar superior até o final da série (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou o comportamento mais expressivo entre os três níveis analisados. O PIB per capita estadual partiu de um valor próximo a R\$ 19.000 em 2018 e teve crescimento acelerado a partir de 2020, alcançando R\$ 33.954 em 2022. Esse avanço sugere forte dinamismo em setores estratégicos da econo-

Gráfico16 - PIB per capita, Marituba x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 23.142/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Marituba, a participação da indústria no PIB local variou entre 10,2% e 8,6% ao longo do período de 2018 a 2022. Após uma leve elevação em 2019, o percentual caiu gradativamente, atingindo seu ponto mais baixo em 2021 e se mantendo estável em 2022. Essa tendência de queda indica perda relativa da atividade industrial no município frente a outros setores econômicos, como serviços e administração pública, e evidencia a fragilidade da base produtiva industrial local (Gráfico 17).

Na Região de Integração Gua-

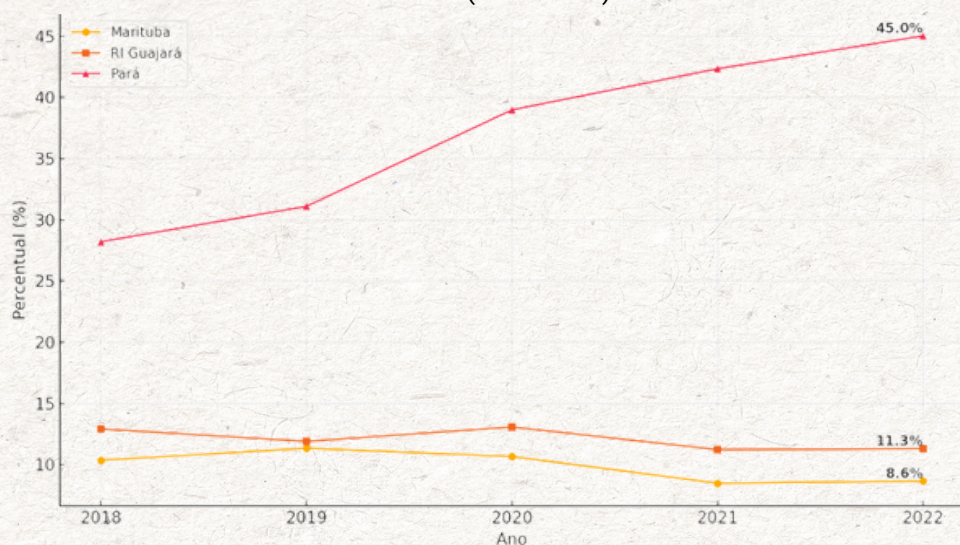
jará, o valor adicionado da indústria oscilou entre 13,1% e 11,3% no período, com quedas moderadas após 2020. Embora o percentual seja superior ao de Marituba, o comportamento também reflete uma leve retração da relevância industrial na composição do PIB regional. Ainda assim, a RI mantém uma base industrial um pouco mais consolidada, o que pode indicar maior diversificação econômica em seu território (Gráfico 17).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou forte e contínuo crescimento da participação

da indústria no PIB, saltando de 28,4% em 2018 para expressivos 45% em 2022. Esse crescimento indica a intensificação da atividade industrial no estado, com provável destaque para o setor extrativo mineral, metalúrgico e agroindustrial. A elevação constante desse indicador revela a industrialização como motor relevante do crescimento econômico estadual, em contraste com o encolhimento relativo do setor nos níveis municipal e regional analisados (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Marituba x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Marituba manteve níveis relativamente baixos de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, oscilando entre 6 e 8 profissionais no período. O ponto mais baixo foi registrado em 2020 e 2021, com 6 profissionais por 100 mil habitantes, enquanto os picos ocorreram em 2019 e 2022, com 8 profissionais.



Em 2023, mesmo após uma leve queda em relação ao ano anterior, o indicador permaneceu em 8, sugerindo certa estabilidade recente, porém em patamar inferior aos demais recortes territoriais (Gráfico 18).

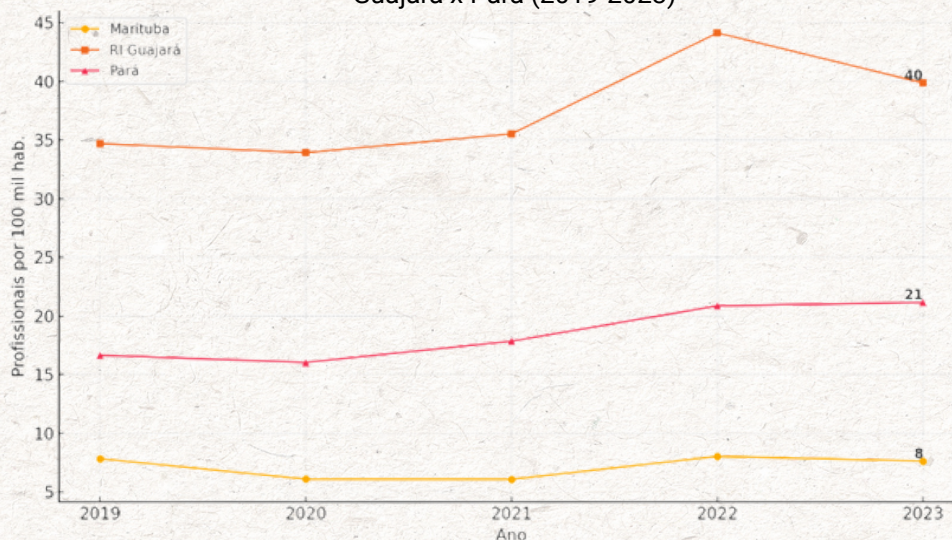
Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi mais dinâmico. O indicador inici-

ou com 34,6 em 2019, caiu discretamente até 2020, mas passou a crescer nos anos seguintes, atingindo seu pico em 2022 com 44,2 profissionais por 100 mil habitantes. Em 2023, houve uma redução para 40, valor ainda significativamente superior à média estadual e ao desempenho de Marituba, indicando uma maior concentração regional de profissionais da ciência nas demais áreas da RI (Gráfico 18).

Para o estado do Pará, a evolução foi mais gradual e contínua, partindo de 16,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e avançando até 21 em 2023.

Essa trajetória revela uma tendência de crescimento constante, ainda que em menor magnitude quando comparada à RI Guajará. A distância entre os dados do estado e os do município de Marituba evidencia um desafio específico local quanto à atração ou formação de profissionais da ciência, o que pode refletir em menor dinamismo em setores de inovação, pesquisa e desenvolvimento no município (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais em Marituba apresentou uma tendência de queda até 2021, com redução de 2,2% para 1,3% do PIB, seguida de uma leve recuperação para 1,6% em 2022. Essa trajetória indica um encolhimento da participação dos salários formais na economia local ao longo do período, possivelmente associado à informalidade, à estagnação da remuneração média ou ao crescimento do PIB em ritmo superior à expansão da massa salarial formal (Gráfico 19).

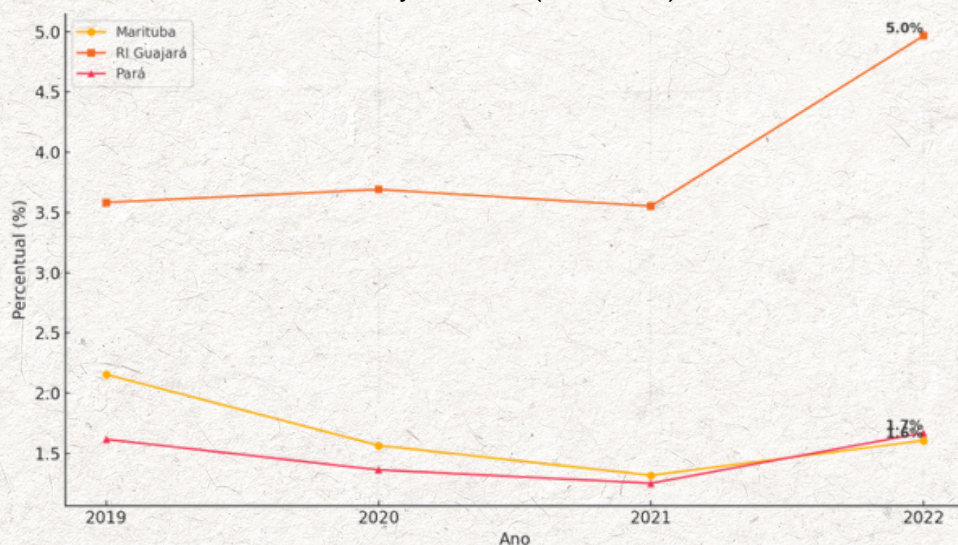
Na Região de Integração Gua-

jará, o indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, girando em torno de 3,5% a 3,7% do PIB. No entanto, em 2022, observou-se um salto expressivo, alcançando 5,0%. Esse crescimento significativo pode estar relacionado a ganhos salariais, aumento da formalização do trabalho ou à ampliação do número de vínculos formais em setores com maior peso econômico, destacando um fortalecimento do mercado formal de trabalho na região (Gráfico 19).

Já no estado do Pará, o indi-

cador oscilou levemente entre 1,6% e 1,3% de 2019 a 2021, com recuperação em 2022, atingindo 1,7%. A trajetória do estado, embora com variações modestas, reflete uma leve valorização dos vínculos formais frente ao PIB, alinhando-se ao movimento de retomada econômica pós-pandemia. Comparativamente, Marituba permanece abaixo da média estadual, enquanto a RI Guajará destaca-se por sua expressiva participação da massa salarial formal na economia regional em 2022 (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

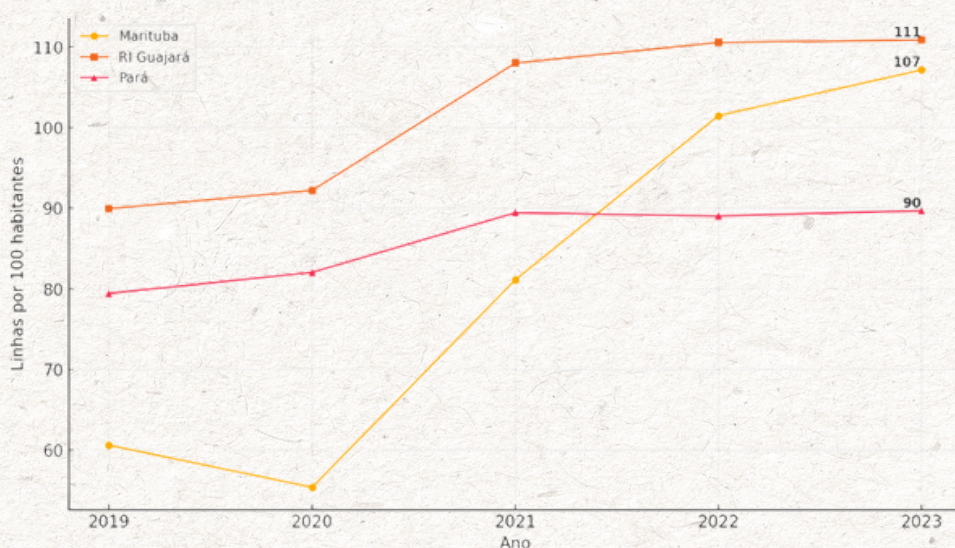
Entre 2019 e 2023, o município de Marituba apresentou uma expressiva expansão no acesso à telefonia móvel, passando de 60,8 para 107 linhas por 100 habitantes. Apesar da queda observada em 2020, esse indicador se recuperou de forma consistente, com crescimento acentuado a partir de 2021. A tendência positiva pode indicar maior inclusão digital da população, ampliação da cobertura de redes móveis e possível aumento da renda disponível para aquisição de planos e aparelhos móveis (Gráfico 20).

Na Região de Integração Guajará, o acesso já partia de um patamar elevado, com 90 linhas por 100 habitantes em 2019. O avanço foi contínuo, atingindo 111 em 2023, superando tanto Marituba quanto a média estadual. Esse desempenho revela um processo consolidado de conectividade e acesso tecnológico, sugerindo uma população amplamente integrada aos meios de comunicação móvel e às possibilidades de serviços digitais (Gráfico 20).



Já o estado do Pará apresentou uma trajetória mais moderada, partindo de 79,5 linhas em 2019 e alcançando 90 em 2023. Embora o crescimento tenha sido contínuo, a taxa de expansão foi inferior à observada em Marituba e na RI Guajará. Ainda assim, o dado revela uma ampliação do acesso à telefonia móvel em nível estadual, fundamental para fortalecer a infraestrutura de comunicação, especialmente em áreas mais remotas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 107 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

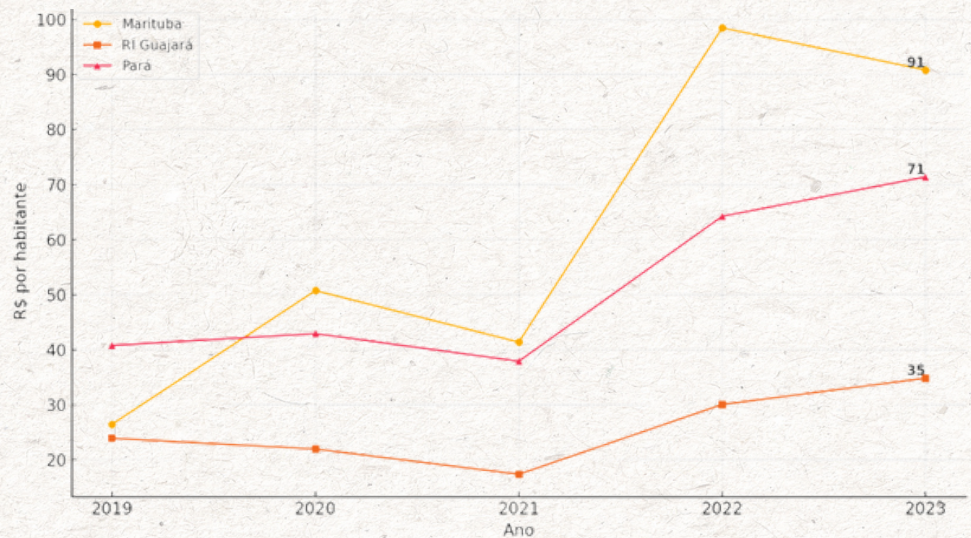
A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Marituba apresentou um crescimento notável entre 2019 e 2022, saindo de R\$ 26 para R\$ 98 por habitante, antes de uma leve retração para R\$ 91 em 2023. Essa elevação sinaliza um fortalecimento das políticas culturais e ambientais no município, com possível incremento de projetos, eventos, ações educativas e iniciativas sustentáveis. O salto observado a partir de 2022 destaca uma priorização mais recente dessas agendas na alocação orçamentária local (Gráfico 21).

Na Região de Integração Guajará, a despesa permaneceu em patamares baixos até 2021, oscilando entre R\$ 17 e R\$ 25 por habitante, com aumento mais significativo a partir de 2022, atingindo R\$ 35 em 2023. Apesar do crescimento recente, os valores ainda são inferiores aos de Marituba e da média estadual, o que pode refletir menor investimento regionalizado em cultura e meio ambiente, ou limitações orçamentárias das administrações municipais da RI como um todo (Gráfico 21).

O estado do Pará registrou trajetória ascendente entre

2019 e 2023, passando de R\$ 40 para R\$ 71 por habitante, com crescimento especialmente marcante a partir de 2021. Esse comportamento aponta para uma política estadual mais ativa no financiamento de ações culturais e ambientais, o que contribui para a preservação do patrimônio cultural, o fortalecimento da identidade local e a mitigação de impactos ambientais, reforçando o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 91/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

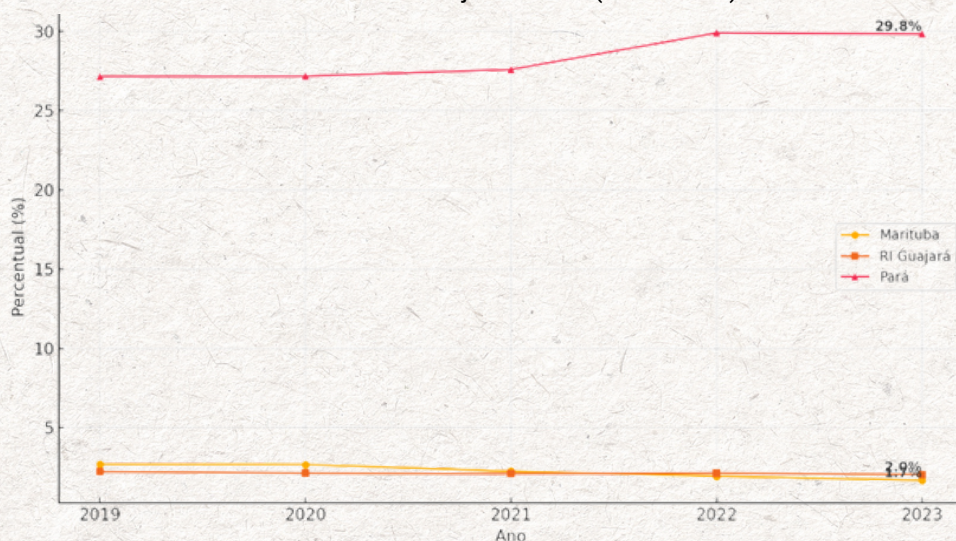
Entre 2019 e 2023, o indicador que mede o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou estabilidade nos níveis municipal e regional, mas manteve-se em patamares significativamente distintos em relação ao nível estadual. No município de Marituba, os valores permaneceram consistentemente baixos, variando em torno de 1%, o que sugere a presença de algum nível de cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos, mesmo entre a população mais vulnerável. Essa estabilidade pode ser reflexo de políticas urbanas mínimas voltadas à limpeza pública e saneamento (Gráfico 22).

A Região de Integração (RI) Guajará manteve-se em torno de 2% durante todo o período analisado, também com pouca oscilação. Ainda que ligeiramente superior a Marituba, o indicador na RI Guajará segue em patamares baixos, indicando que, de forma geral, o problema do descarte informal de lixo por queima ou enterro é menos acentuado nas áreas urbanizadas da região metropolitana de Belém. No entanto, a persistência desse percentual, mesmo que baixo, reforça a necessidade de inclusão plena dos domicílios de baixa renda nos sistemas de coleta regular (Gráfico 22).

Por outro lado, no estado do Pará, o percentual é considera-

velmente mais alto, tendo aumentado de cerca de 27% em 2019 para 29,8% em 2023. Isso revela uma realidade preocupante no interior do estado, onde grande parte da população de baixa renda ainda recorre a práticas inadequadas de descarte de resíduos por falta de acesso a serviços públicos. O contraste entre o estado e os níveis subnacionais reforça as desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura básica de saneamento e evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à universalização da coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, especialmente nas áreas rurais e periferias urbanas mais afastadas (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar em Marituba é extremamente elevado, partindo de 84,7% em 2019 e atingindo 96,2% em 2023, com leve recuo apenas no último ano. Esses números refletem a ausência de rede coletora de esgoto para a maioria da população vulnerável, fazendo com que a solução predominante ainda seja precária. A tendência de crescimento até 2022 sinaliza um agravamento do quadro, com possível expansão de áreas habitadas sem infraestrutura sanitária mínima (Gráfico 23).

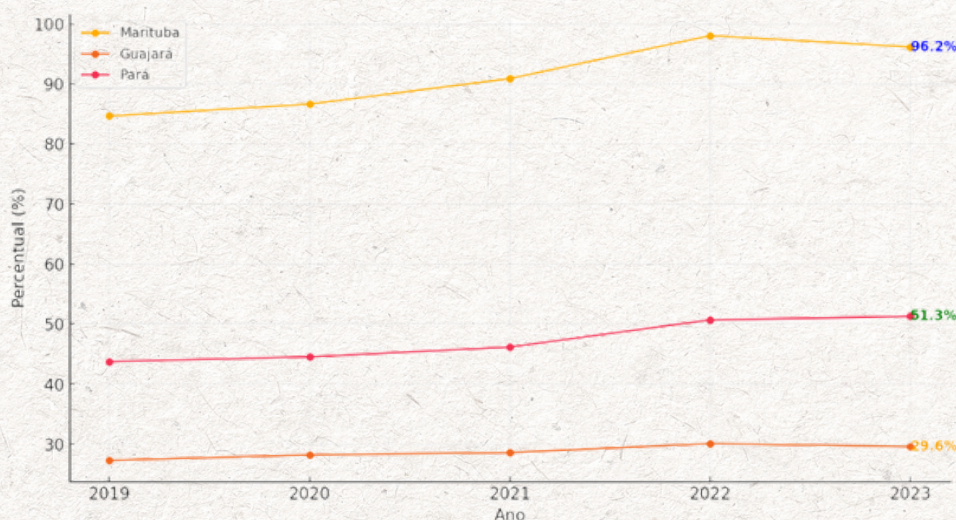
Na Região de Integração Gua-

jará, o indicador mostra leve aumento de 26,9% para 29,6% no mesmo intervalo, mantendo-se em patamares consideravelmente mais baixos do que os de Marituba. Ainda que o uso de fossas rudimentares seja expressivo, os dados sugerem um cenário menos crítico, talvez devido à presença de municípios com maior cobertura de rede de esgoto ou soluções individuais mais estruturadas. No entanto, a persistência da prática aponta para carências que ainda demandam investimentos em saneamento básico (Gráfico 23).

No estado do Pará, a propor-

ção também é elevada e crescente, subindo de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Isso revela uma situação alarmante de exclusão sanitária entre as camadas mais pobres da população. O crescimento contínuo ao longo dos anos pode indicar tanto o aumento da população de baixa renda em áreas sem cobertura adequada quanto a insuficiência dos investimentos públicos no setor. O cenário reforça a urgência de políticas integradas de saneamento, habitação e saúde pública em nível estadual (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

O município de Marituba apresentou variações consideráveis nos gastos per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2023. O valor inicial de R\$ 315 por habitante em 2019 cresceu significativamente em 2020, atingindo R\$ 417, mas sofreu queda acentuada no ano seguinte, caindo para R\$ 273 em 2021. Essa oscilação pode refletir variações orçamentárias, alterações nas prioridades de gestão ou mesmo respostas a eventos pontuais de risco. A partir de 2022, observa-se uma recuperação,

com os valores voltando a ultrapassar os R\$ 400, chegando a R\$ 408 em 2023, indicando uma retomada no comprometimento com ações preventivas (Gráfico 24).

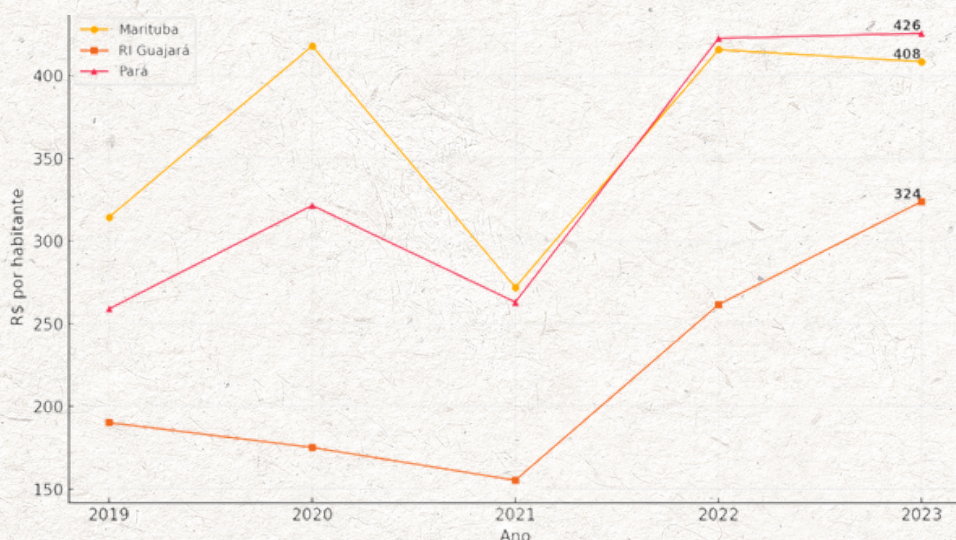
Na Região de Integração Guajará, os gastos por habitante foram mais baixos ao longo do período, iniciando em R\$ 190 em 2019 e caindo até R\$ 155 em 2021. No entanto, diferentemente de Marituba, houve uma recuperação mais progressiva e consistente, alcançando R\$ 324 em 2023. Essa trajetória crescente recente pode

sinalizar um fortalecimento gradual da política de prevenção de desastres na região, ainda que partindo de uma base mais modesta e com menor variação entre os anos (Gráfico 24).

Em nível estadual, o Pará teve comportamento semelhante ao de Marituba, com pico em 2020 (R\$ 323), recuo em 2021 (R\$ 263) e crescimento acentuado nos dois

anos seguintes, culminando em R\$ 426 por habitante em 2023 – o maior valor entre os três recortes territoriais. Esse padrão sugere que, mesmo diante de flutuações orçamentárias, o estado vem priorizando políticas de prevenção a desastres, o que é estratégico frente à vulnerabilidade climática e ambiental da região amazônica (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 408/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Marituba apresentou baixos níveis de investimento per capita em preservação aquática ao longo de todo o período analisado, partindo de zero em 2019 e encerrando 2023 com apenas R\$ 2 por habitante. O pico mais alto, ainda assim modesto, foi de R\$ 9,5 em 2020, com quedas sucessivas nos anos seguintes. Esses números indicam a ausência de uma política estruturada ou prioritária nessa área, o que pode representar um risco ambiental, considerando o papel estratégico dos recursos hídricos na região (Gráfico 25).

Na Região de Integração Guajará, os investimentos também

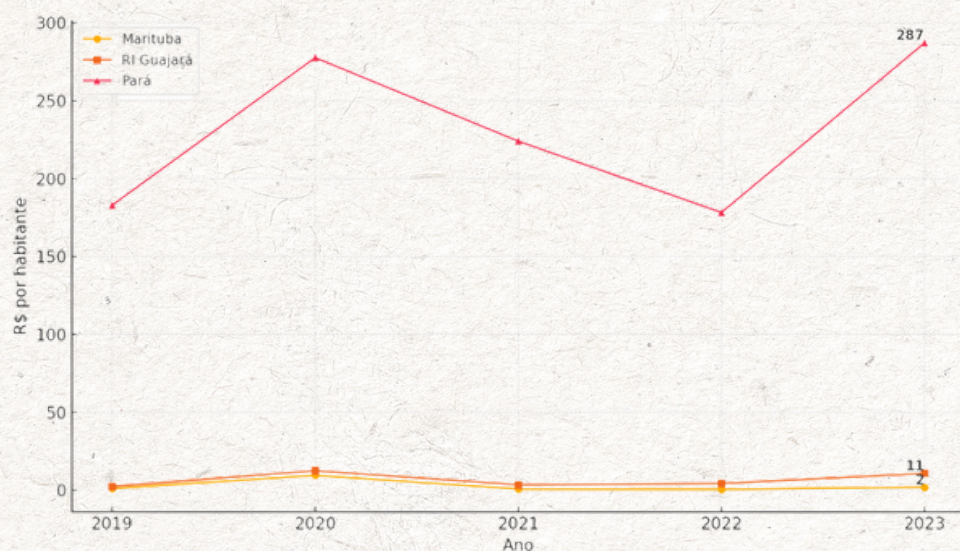
foram reduzidos, embora levemente superiores aos de Marituba. A despesa passou de R\$ 2,5 em 2019 para R\$ 11,00 em 2023, com picos tímidos em 2020 e leve aumento nos anos finais. Apesar da melhora, os níveis permanecem baixos, o que sugere que a preservação de corpos hídricos, lagos e rios ainda não ocupa papel de destaque nos orçamentos municipais da região — fato preocu-

pante para uma área que depende fortemente de seus recursos naturais (Gráfico 25). O estado do Pará, por sua vez, apresentou um comportamento completamente distinto, com valores substancialmente superiores ao longo do período. O investimento saltou de R\$ 183 em 2019 para R\$ 278 em 2020, e mesmo com queda em 2021 e 2022, recuperou-se fortemente em 2023, atingindo



R\$ 287 por habitante. Essa trajetória revela um esforço contínuo do governo estadual em direcionar recursos à preservação aquática, condizente com a importância ecológica, econômica e social das águas amazônicas (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total no município de Marituba manteve-se estável, oscilando levemente em torno de 28,9%, sem variações significativas ao longo do período. Essa estabilidade pode indicar a inexistência de grandes mudanças no uso do solo, ou, alternativamente, a falta de ações de reflorestamento ou proteção de áreas naturais em escala relevante. O dado também revela que menos de um terço do território municipal permanece coberto por vegetação florestal (Gráfico 26).

Na Região de Integração Guajará, o percentual de área florestada permaneceu praticamente constante de 2019 a 2021, com aumento em 2022 para 31,2% e recuo em 2023

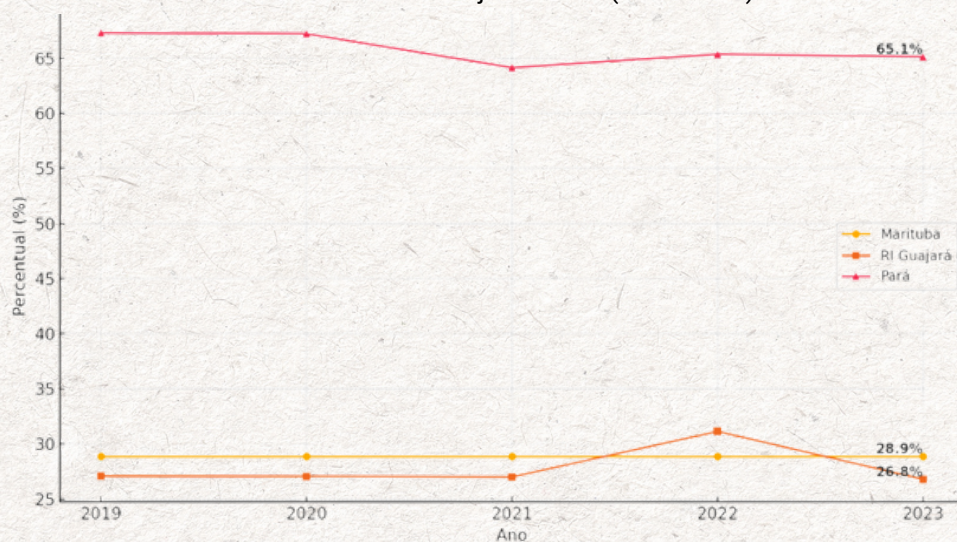
para 26,8%. Esse breve crescimento pode ter sido reflexo de ações pontuais de preservação ou melhorias nos registros cartográficos, mas o retorno ao patamar anterior sugere ausência de políticas sustentáveis contínuas na região. Ainda assim, a RI apresenta proporções de floresta semelhantes ou ligeiramente superiores



a Marituba, o que pode estar associado à presença de áreas menos urbanizadas (Gráfico 26).

Em nível estadual, o Pará mantém um percentual expressivamente superior de cobertura florestal, variando de 64,2% a 65,1% ao longo do período. Apesar de uma leve redução em 2021, a recuperação parcial nos anos seguintes demonstra um relativo equilíbrio na manutenção da vegetação nativa. Esse dado reforça a importância do território para a conservação ambiental em escala nacional e global, embora também evidencie o contraste entre a situação do estado como um todo e a realidade mais degradada dos centros urbanos como Marituba (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Marituba, o percentual da área desmatada em relação à área total manteve-se elevado e estável entre 2019 e 2022, em torno de 64,1%, com um salto para 70,1% em 2023. Esse aumento recente aponta para um avanço significativo do processo de supressão da vegetação nativa, o que pode estar associado à urbanização, ocupações irregulares ou expansão de atividades econômicas sem controle ambiental. A baixa cobertura florestal e o crescimento da área desmatada tornam evidente a pressão sobre os recursos naturais no município (Gráfico 27).

Na Região de Integração Guajará, o indicador ficou constante entre 2019 e 2021, com 38%, mas registrou um pico

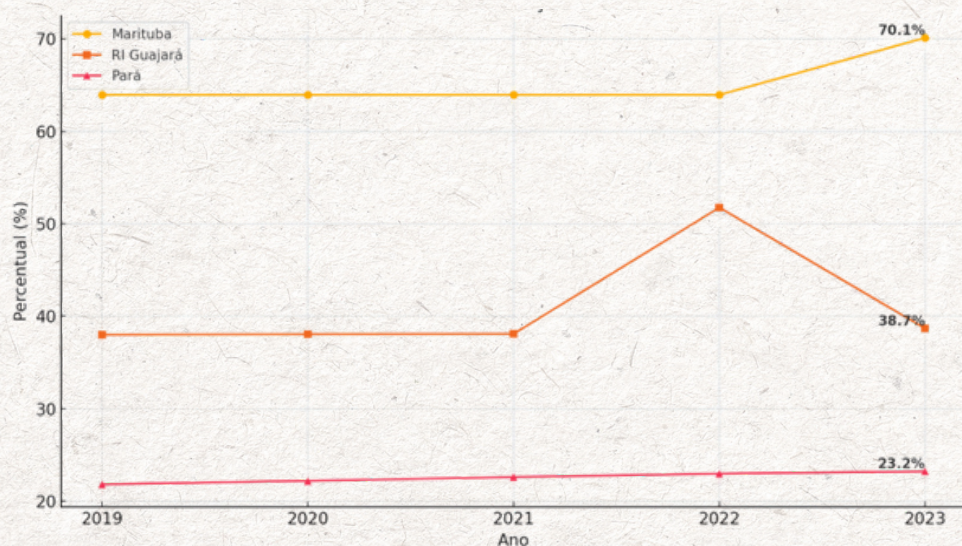
em 2022, atingindo 51,6%, antes de retornar a 38,7% em 2023. Essa oscilação pode refletir episódios pontuais de desmatamento mais agressivo, posteriormente contidos ou compensados por recuperação de áreas degradadas ou revisão metodológica. Ainda assim, a região apresenta uma situação ambiental mais equilibrada que a do município de Marituba, com níveis mais baixos de área desmatada (Gráfico 27).

O estado do Pará, apesar de ser foco de políticas ambientais, apresenta crescimento lento, mas contínuo, da área desmatada, passando de 21,4% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora o avanço seja mais contido em comparação

com os outros recortes territoriais, ele ainda sinaliza um cenário preocupante de perda progressiva da cobertura vegetal, mesmo com a ampla visibilidade internacional da Amazônia. Isso reforça a necessidade de estratégias integradas de desenvolvimento sustentável que conciliem proteção ambiental e inclusão econômica (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

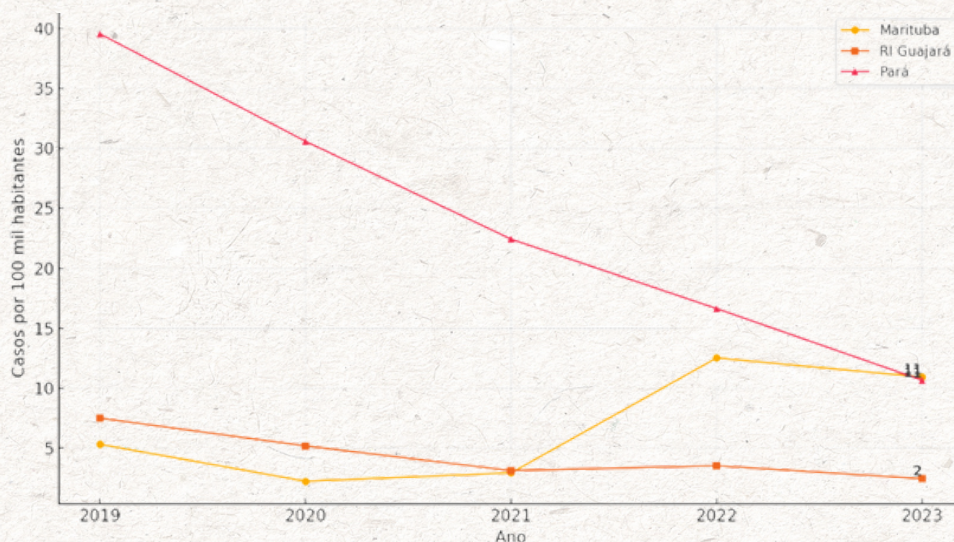
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Marituba apresentou oscilações no índice de trabalho infantil por 100 mil habitantes. O indicador caiu de 5,2 em 2019 para 2,1 em 2020, mantendo-se baixo em 2021, mas apresentou um aumento expressivo em 2022, chegando a 12,5, antes de recuar novamente para 11 em 2023. Apesar da queda recente, o patamar atual é mais que o dobro do registrado no início do período, o que sugere fragilidades nas políticas de proteção à infância ou impactos socioeconômicos que pressionaram o ingresso precoce de crianças no mercado de trabalho (Gráfico 28).

Na Região de Integração Guajará, o comportamento foi de queda constante, saindo de 7,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 2,0 em 2023. A redução foi contínua e consistente, indicando um avanço no combate ao trabalho infantil na região. Esse desempenho pode estar relacionado à maior eficácia dos programas de assistência social, ao fortalecimento da fiscalização ou à expansão de políticas educacionais que afastam as crianças do trabalho e as mantêm na escola (Gráfico 28).

No estado do Pará, a redução foi ainda mais significativa. O índice caiu de 39,5 em 2019

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

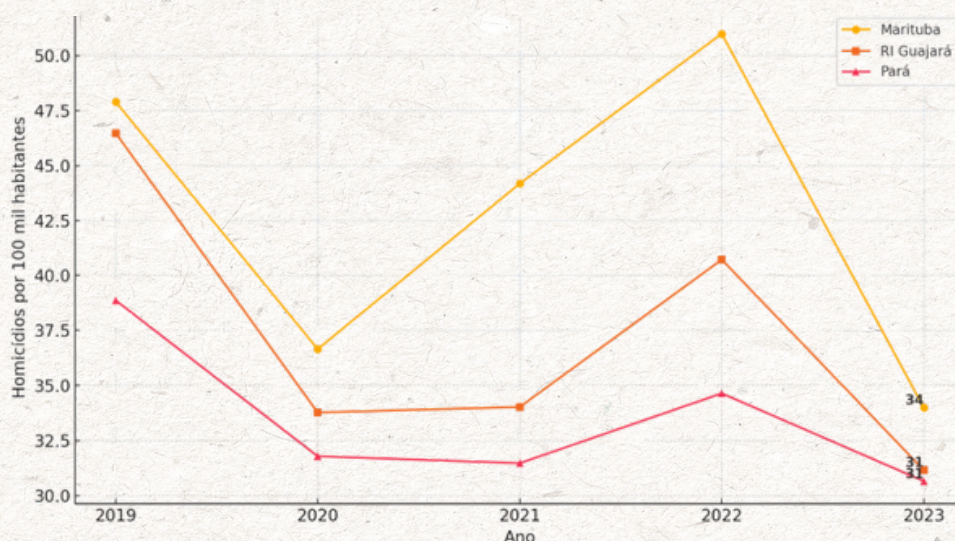
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Marituba oscilou fortemente entre 2019 e 2023. O indicador começou em 47,9 em 2019, caiu para 36,7 em 2020, voltou a crescer nos dois anos seguintes até atingir o pico de 51,0 em 2022, e depois apresentou recuo para 34,0 em 2023. Essas variações revelam um padrão de instabilidade e sugerem que, embora o último ano mostre uma melhora, o município ainda enfrenta desafios estruturais em termos de segurança pública e controle da violência letal (Gráfico 29).

Na Região de Integração Guajará, a trajetória foi semelhante, com queda de 46,8 em 2019 para 33,5 em 2020, seguida de leve aumento até 40,7 em 2022 e nova queda para 31,2 em 2023. Embora os valores permaneçam elevados, o comportamento recente é de declínio, o que pode indicar efeitos positivos de políticas de segurança implementadas nos últimos dois anos. A RI Guajará, por abranger grandes centros urbanos como Belém, carga dinâmicas complexas de violência que exigem ações integradas (Gráfico 29).

O estado do Pará apresentou taxas mais moderadas ao longo do período, variando entre 38,8 em 2019 e 31,1 em 2023, com uma leve oscilação nos anos intermediários. O cenário estadual demonstra relativa estabilidade com tendência de queda, o que é positivo, embora ainda preocupante. A redução da violência letal em escala estadual pode ser reflexo de estratégias de policiamento mais efetivas, programas sociais em áreas vulneráveis e melhor articulação entre órgãos de segurança e justiça (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Marituba apresentou um crescimento expressivo no gasto público municipal como percentual do PIB. O indicador iniciou em 14,9% e manteve-se praticamente estável até 2020, quando voltou a crescer nos dois anos seguintes, atingindo 16,8% em 2022. Esse aumento pode estar relacionado à ampliação de políticas públicas locais, crescimento das despesas com saúde e assistência durante o pós-pandemia, ou à desaceleração do PIB municipal em relação à expansão das despesas orçamentárias (Gráfico 30).

Na Região de Integração Guajará, a trajetória foi de forte

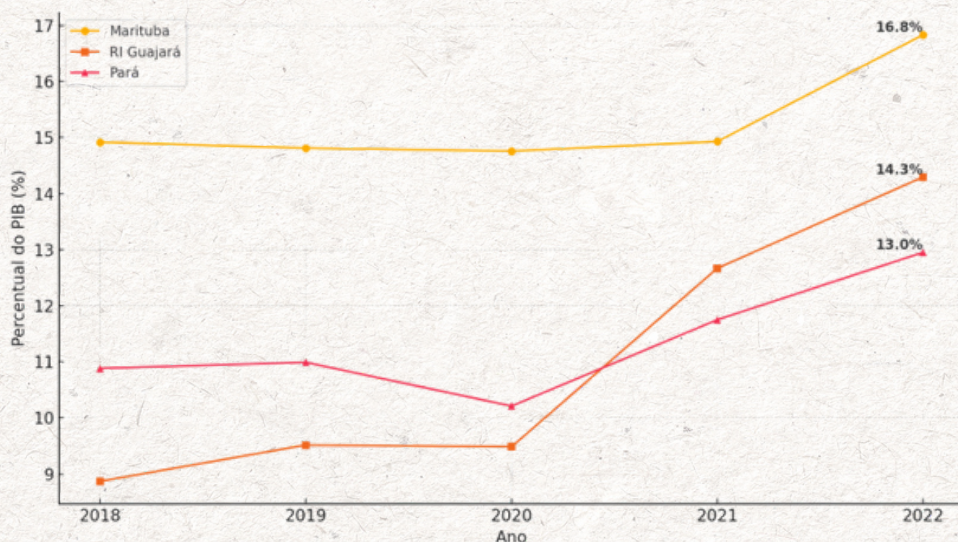
crescimento a partir de 2020. De um patamar de 9,5% em 2019 e 2020, o indicador subiu para 12,7% em 2021 e alcançou 14,3% em 2022. Esse comportamento sugere um movimento regional mais recente de intensificação do gasto público municipal, talvez impulsionado por transferências de recursos, expansão da base de serviços públicos ou pela reestruturação fiscal de alguns municípios da região. Ainda assim, permanece levemente abaixo de Marituba, indicando diferença no padrão de alocação relativa de recursos (Gráfico 30).

No estado do Pará, o indicador mostrou oscilação mais

moderada, partindo de 10,9% em 2018, atingindo ligeiro pico em 2019 (11,0%), e depois caindo para 10,2% em 2020, com recuperação para 13,0% em 2022. A variação sugere que, apesar das pressões enfrentadas nos anos de pandemia, houve um esforço para recompor a capacidade de gasto das administrações municipais em relação à economia estadual. O dado estadual ainda reflete, no entanto, uma média inferior ao verificado tanto em Marituba quanto na RI Guajará em 2022, destacando o papel mais ativo de certos municípios no dinamismo da gestão pública local (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Marituba x RI Guajará x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Marituba apresentou crescimento na taxa de acesso à banda larga fixa, saindo de um patamar bastante baixo de 1,2 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 6,0 pontos em 2023. Apesar de os valores absolutos ainda estarem abaixo da média regional e estadual, o salto registrado entre 2022 e 2023 demonstra um avanço significativo recente no acesso à infraestrutura digital, o que pode estar relacionado à ampliação da cobertura técnica, maior demanda por conectividade e políticas de inclusão digital (Gráfico 31).

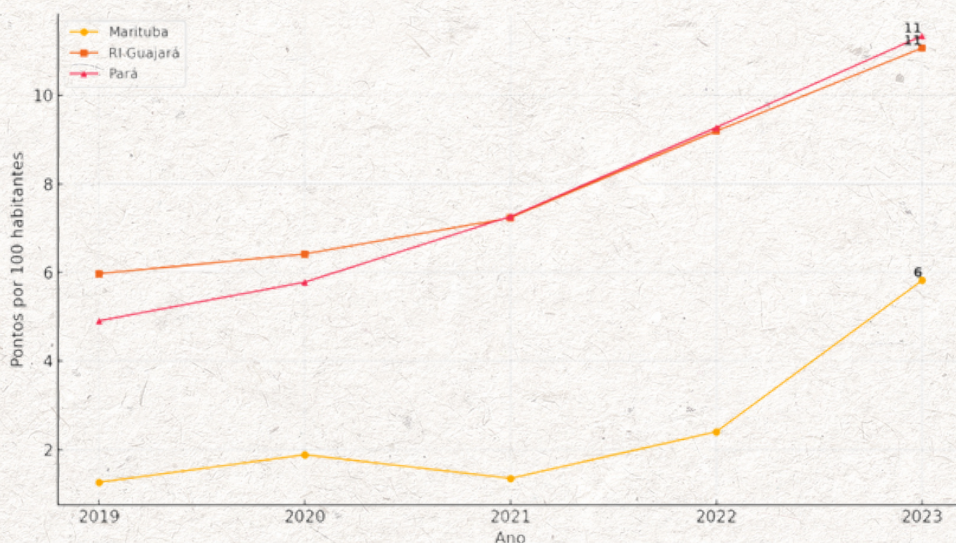
Na Região de Integração Gua-

jará, o indicador cresceu de forma contínua ao longo do período, partindo de 6,0 pontos em 2019 e chegando a 11,0 em 2023. Essa trajetória revela uma dinâmica de expansão regular da banda larga fixa, consolidando um padrão superior ao do município de Marituba. O crescimento está possivelmente vinculado ao maior adensamento urbano, maior poder aquisitivo médio e maior capacidade de investimento privado em infraestrutura de telecomunicações nos principais centros urbanos da região (Gráfico 31).

No estado do Pará, a evolução também foi positiva, inici-

ando em 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 11,1 em 2023. O avanço é expressivo e demonstra um esforço de expansão do acesso digital em diversas localidades do estado, ainda que com desigualdades territoriais. A convergência dos valores estaduais e da RI Guajará em 2023 reforça uma tendência de homogeneização regional, enquanto o desempenho de Marituba evidencia que ainda existem desafios locais significativos a serem superados para garantir conectividade digital ampla e equitativa (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Marituba x RI Guajará x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

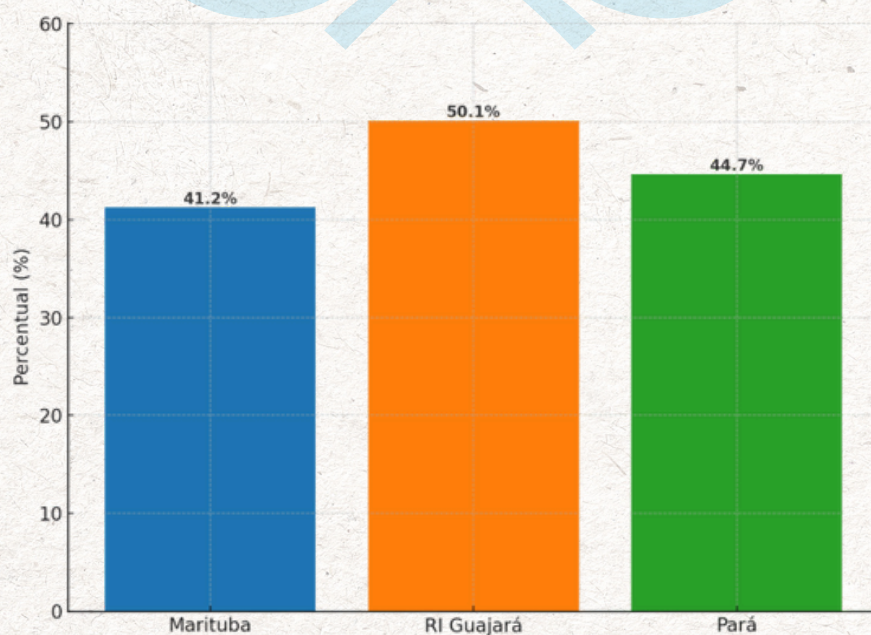
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Marituba** registrou um IDS de **41,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Marituba x RI Guajará x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

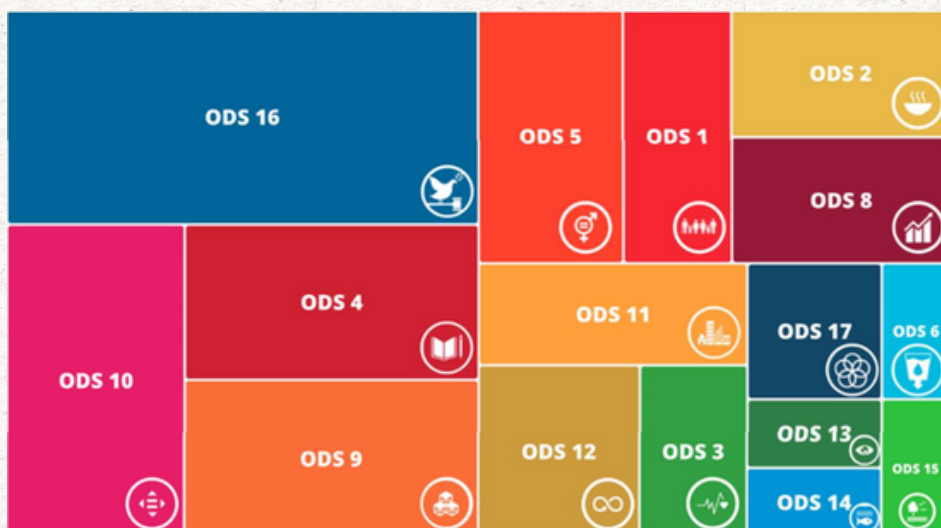


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

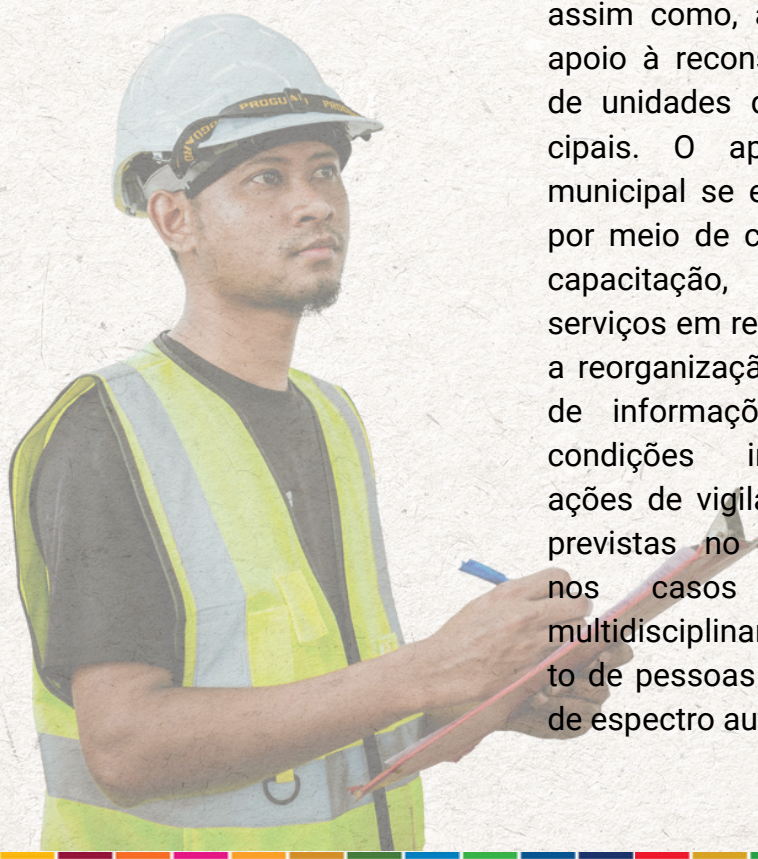


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

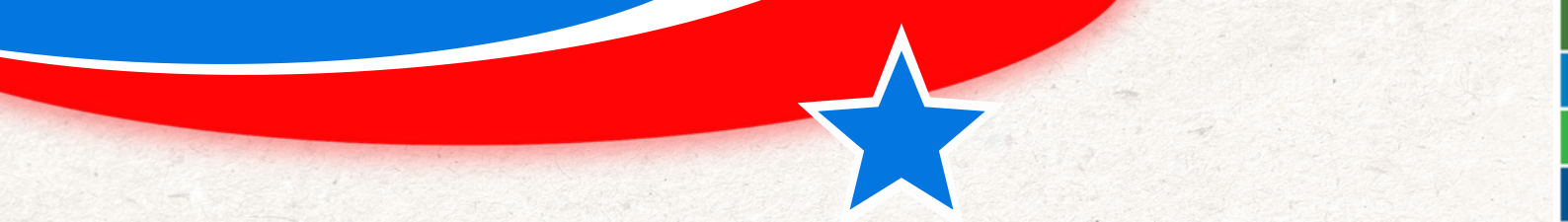
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

